

Sob pressão, governo pauta reforma

— Integrantes da equipe econômica se reúnem para discutir proposta de uma reforma administrativa em meio a críticas sobre o foco dado até agora ao aumento de receitas

ADRIANA FERNANDES
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Sob pressão de líderes no Congresso e do mercado financeiro para rever despesas, a equipe econômica e ministros palacianos terão hoje uma reunião para tentar amarrar os pontos principais de uma proposta de reforma administrativa.

No PT, a ideia é rejeitada. No entanto, apesar de não estar na agenda do governo, a proposta começou a andar por pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que viu na reforma administrativa uma chance de lançar uma pauta que responda

às críticas de que o Executivo e o Congresso só têm planos para aumentar os gastos.

O Estadão apurou que Lira tem ouvido conselhos de interlocutores do mercado financeiro de que precisa encampar uma agenda propositiva do lado das despesas. Isso porque o governo propôs, até agora, um ajuste nas contas públicas com foco exclusivo no aumento de receitas.

Há uma avaliação de que o avanço da proposta poderia ajudar a virar a onda de ceticismo no mercado diante das dificuldades do governo em aumentar as receitas para zerar o déficit fiscal em 2024 — o que vai exigir um reforço no caixa de R\$ 168 bilhões em medidas

arrecadatórias, segundo a própria Fazenda.

No projeto de Orçamento de 2024, o governo previu um superávit de R\$ 2,8 bilhões no próximo ano, enquanto o mercado espera um déficit nas contas públicas de pelo menos 0,71% do PIB.

IMPOSTOS. Na semana passada, em evento organizado pela XP Investimentos, o presidente da Câmara afirmou que dificilmente o governo conseguiria aprovar aumento de impostos no Congresso, mesmo ampliando sua base de apoio por meio de uma reforma ministerial. "Com ou sem base, o governo dificilmente conseguirá impor aumento de imposto ao

Congresso", afirmou ele. Na sequência, voltou a defender uma reforma administrativa, lembrando que já existe um texto votado em comissão especial e que poderia ser levado ao plenário da Câmara.

Expectativa
Para defensores da reforma, discussão poderia reduzir ceticismo sobre contas do governo

A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, está à frente das costuras técnicas de uma proposta. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orça-

mento, Simone Tebet, também estão envolvidos nas discussões e devem participar. Está prevista ainda a presença dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

A ministra tem defendido que as regras do funcionalismo precisam de ajustes, mas, na avaliação dela, não haveria a necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nem acabar com a estabilidade do servidor público. Uma das alternativas em discussão seria fatiar o pacote de medidas que envolvem o funcionalismo público. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1